

# UM ALMOÇO COM KRISHNA MENON


Marcello Mathias<sup>1</sup>

Já V. Ex.<sup>a</sup> deve ter lido o relato da conversa com o hindu. No almoço, apesar da cortesia com que só comemos nabos, arroz e cenoura em homenagem ao vegetariano de Calicut, com fresca limonada inócua, o representante da Grande Índia não me pareceu agradável, nem ele sequer se deu ao trabalho de querer parecê-lo. À mesa (suponho que para nos embaraçar) caía às vezes em transe, fechava os olhos como quem está recebendo alguma inspiração divina, entre o deglutir da cenoura e o beber da limonada. Ficava como que adormecido, numa estranha introspecção de alguns segundos. Os outros dois, porém, não adormeciam e apreciavam com normalidade os vários legumes do programa. Não nos impressionámos, pois, em demasia, com os intervalos mediúnicos do Senhor Krishna Menon<sup>2</sup>. Ao café, ele contou que era natural de Calicut, onde primeiro chegaram as nossas naus e que os portugueses tinham agarrado pelos cabelos alguns dos seus remotos compatriotas e à força os tinham levado para bordo. Isto era aliás dito sem ferocidade e com certo tom irónico. No meu melhor inglês disse-lhe «Tem a certeza»? – Parece

não haver dúvida, disse-me ele, porquê? – Porque nós chegámos lá há já tantos séculos que são de pôr em reserva essas longínquas versões. 450 anos é um período demasiado vasto para que se aceitem sem revisão as anedotas da época. Nisto, o ministro deles em Paris, que também almoçou e estava fumando um charuto, deixou cair a grossa cinza nas calças, com risco de queimá-las. E logo o Menon sorridente atalhou: «Cuidado, são as primeiras calças que ele tem...» Como se o outro tivesse passado a vida de cabaia. No dia seguinte, porém, parecia outro homem: nem transe, nem ironia, nem complexos. Talvez porque na véspera nós fomos sempre correctíssimos, e perfeitamente simples e discretos; talvez porque à mesa os fui doutrinando convenientemente, pena de morte abolida em 1867, pena maior 28 anos, prisão vitalícia e castigos corporais abolidos, a Moral acima do Estado definido constitucionalmente, o Cunha Gonçalves presidindo à sessão inaugural da Assembleia Nacional, o outro Gonçalves reitorando na Universidade Técnica, o outro no Supremo, mais aquele na Academia (era um pouco como nos teatros pobres, em

que os figurantes desfilam a cena e voltam a dar a volta por trás, para desfilarem de novo), o sentido universal e humano da acção portuguesa, os pretos, malaios, hindus, chinas, brancos da Madeira e do Algarve, todos irmanados nas escolas, etc., talvez tudo isto os tenha melhor disposto. O ministro em Paris comentou mesmo: «Nós sabemos que os portugueses não têm preconceitos de raça, efectivamente.» A verdade é que no dia seguinte não se falou de Goa; Menon disse que a Índia tinha tão grandes problemas próprios a tratar que o que desejava era uma boa vizinhança connosco e que se evitassem motivos de fricção que só poderiam ser-nos prejudiciais a nós, portugueses. O *gentleman* dos telefones<sup>3</sup> era altamente prejudicial, (bem me recordo da aflicção e das diligências que fiz para tentar evitar a ida a Londres de Almada e Bustoerff), e de que Faria deve lembrar-se. À questão do contrabando de armas insisti por provas; ele respondeu que são rumores, mas perniciosos pela agitação que provocam na sua opinião pública e que no seu próprio território esse contrabando possivelmente se faz, mas que se existissem «amigáveis contactos» entre as nossas auto-

ridades e o cônsul deles em Goa, este mesmo poderia informar o Governo de Nova Deli do infundado dessas versões. Falou também dos discursos incendiários de certas autoridades coloniais. Graveemente inconvenientes, dizia ele, porque as questões existentes entre nós não se tratam, nem resolvem, nem facilitam com discursos dos governadores ou de entidades isoladas.

Fica-me a ideia de que disporemos de muitos meses, talvez anos, antes que venha a pôr-se a reivindicação deles sobre Goa. E talvez as coisas venham a tomar rumos tais que, – como no caso da China, – isso passe a ser matéria de crise esporádica. Mas o firme propósito deles é com certeza o de mais tarde ou mais cedo voltar a esta questão, por agora apenas posta na agitação nacionalista dos *meetings* e dos jornais. Primeiramente quererão resolver os problemas do Paquistão, do Hyderabad, dos Estabelecimentos franceses, da arquitectura administrativa daquela imensa nação inorgânica. Nessa altura irião [sic]; mas só Deus sabe quais serão então os dados deste caso e que forças poderão nele intervir. 

## NOTAS

<sup>1</sup> Marcello Duarte Mathias (1903-?): diplomata português, foi uma das figuras-chave do Ministério dos Negócios Estrangeiros entre as décadas de 1940 e 1960. À época era o embaixador de Portugal em Paris, cargo que desempenhou durante largos anos. Entre 1958 e 1961 exerceu também as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros.

<sup>2</sup> V. K. Krishna Menon (1897-1974) foi um proeminente estadista indiano nas décadas que se seguiram à independência da Índia, tendo desempenhado o cargo de ministro da Defesa na altura da invasão de Goa, em Dezembro de 1961. Em 1948, era então o alto-comissário da União Indiana em Londres.

<sup>3</sup> Referência a Sir Alexander Roger (1879-1961), empresário britânico ligado à administração da Anglo-Portuguese Telephone Company e à Anglo-Portuguese Society. Em 1947, Roger intermediou conversas exploratórias entre representantes do Nizam de Hyderabad e do Governo português para uma possível concessão de facilidades no porto de Mormugão ao principado indiano (anexado pela União Indiana em Setembro de 1948).